

O ESTADO NATURAL E COMUM DA HUMANIDADE, AS NECESSIDADES DA NATUREZA E A POLÍTICA DE ADAM SMITH*

Craig Smith¹

The University of Glasgow / UK

Resumo: Na *Riqueza das Nações*, Adam Smith notadamente observou que: “Toda pessoa é rica ou pobre à medida que possa ou não desfrutar do lazer, das comodidades e dos benefícios da vida humana” (WN I.v.1, 47) e que “a ordem e o bom governo” permitem que as pessoas tenham condições de “obter não apenas os bens de primeira necessidade, mas também as comodidades e as elegâncias da vida” (WN III.iii.12, 405). Neste artigo, exploro algumas das consequências políticas dessa observação, lendo-a em conjunto com as suas afirmações em *Teoria dos Sentimentos Morais* de que o “estado natural e comum da humanidade” (TMS I.iii.7, 45) é aquele onde a maioria dos indivíduos, na maior parte do tempo, tem acesso seguro às “necessidades da natureza” (TMS I.iii.2.1, 50).

Palavras-chave: Pobreza, necessidade, progresso, estado de natureza, Adam Smith.

Abstract: In the *Wealth of Nations* Adam Smith famously observed that: “Every man is rich or poor according to the degree in which he can afford to enjoy the necessaries, conveniencies, and amusements of human life.” (WN I.v.1, 47) and that ‘order and good government’ allow people to “acquire not only the necessaries, but the conveniencies and elegancies of life” (WN III.iii.12, 405). In this paper I explore some of the political consequences of this observation by reading it alongside his claims in *The Theory of Moral Sentiments* that the “natural and ordinary state of mankind” (TMS I.iii.7, 45) is one where most individuals, most of the time, have secure access to the “necessities of nature” (TMS I.iii.2.1, 50).

Keywords: Poverty, necessities, progress, state of nature, Adam Smith.

Na *Riqueza das Nações*, Adam Smith notadamente observou que: “Toda pessoa é rica ou pobre à medida que possa ou não desfrutar do lazer, das comodidades e dos benefícios da vida humana” (WN I.v.1, 47)² e que “a ordem e o bom governo” permitem que as pessoas tenham condições de “obter não apenas os bens de primeira necessidade, mas também as

* Traduzido por Thaís Alves Costa e revisado por Evandro Barbosa e Everton Maciel.

¹ Este é um ensaio especulativo. É uma tentativa da minha parte de refletir sobre o que vejo como alguns aspectos intrigantes no relato de Adam Smith sobre a riqueza e sua relação com a classe social e a política.

² SMITH, Adam (1976a) [1776]. *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*. 2 vols. Edited by R. H. Campbell & A. S. Skinner, Oxford: Oxford University Press.

comodidades e as elegâncias da vida” (WN III.iii.12, 405). Neste artigo, exploro algumas das consequências dessa observação, lendo-a em conjunto com suas afirmações em *Teoria dos Sentimentos Morais* de que o “estado natural e ordinário da humanidade” (TMS I.iii.7, 45)³ é aquele em que a maioria dos indivíduos, na maior parte do tempo, tem acesso assegurado às “necessidades da natureza” (TMS I.iii.2.1, 50). As discussões dessas passagens têm se concentrado amplamente em sua relação com a “decepção” que desperta na indústria ou nas dívidas de Smith ao estoicismo, mas aqui estou interessado em explorar o que a afirmação mais ampla de Smith, de que os bens de primeira necessidade devem ser assegurados para a maioria das pessoas na maioria das sociedades, nos diz sobre sua concepção de política e a relação entre ricos e pobres.

Na Introdução da *Riqueza das Nações*, Adam Smith estabelece um contraste entre uma sociedade “selvagem” pré-comercial e uma sociedade comercial. A distinção baseia-se no fato de que, nas sociedades selvagens, as pessoas são reduzidas às terríveis práticas de infanticídio e geronticídio⁴.

O objetivo de Smith é claro: ele quer mostrar que as sociedades comerciais são melhores do que as sociedades selvagens porque a segurança material que elas proporcionam torna desnecessárias práticas desesperadas como essa. No restante do livro, Smith explica o funcionamento do comércio e o aumento dos padrões de vida proporcionado para toda a população em uma sociedade comercial. Os exemplos do casaco de lã do trabalhador comum (WN I.i.11, 22) e a comparação com o rei africano (WN I.i.11, 24) demonstram um fato empírico para Smith: “(...) que sem a assistência e cooperação de muitos milhares, a pessoa mais humilde em um país civilizado não poderia ser provida, mesmo de acordo com o que imaginamos de forma muito falsa, a maneira fácil e simples na qual ela é comumente acomodada” (WN I.i.11, 23). A interdependência e o comércio elevam o padrão de vida de todos, e isso tem um impacto particularmente benéfico nas vidas das pessoas comuns.

³ SMITH, Adam (1976b) [1759]. *The Theory of Moral Sentiments*. Edited by D. D. Raphael & A. L. Macfie, Oxford: Oxford University Press.

⁴ Compare com a discussão sobre infanticídio em (TMS V.2.16, 211), no qual o argumento de Smith enquadra infanticídio em termos de um “costume particular” versus “o estilo e caráter geral” dos modos. Seu ponto é que “nenhuma sociedade poderia subsistir” (TMS V.2.16, 211) onde houvesse uma completa falta de preocupação com os bebês. Essa ideia é explorada por Eric Schliesser, que levanta a questão de que para Smith “na ausência de um nível mínimo de justiça intragrupo, não faz sentido sequer falar de sociedade” (V.2.16, 211) (SCHLIESSER, 2017, p. 190).

Está agora bem estabelecido que a concepção de Smith sobre a riqueza da nação depende fortemente do aumento dos padrões de vida das pessoas comuns.

Deve esta melhoria nas circunstâncias das camadas mais baixas da população ser considerada uma vantagem ou um inconveniente para a sociedade? A resposta parece, à primeira vista, bastante clara. Servos, trabalhadores e operários de diferentes tipos constituem a maior parte de todas as grandes sociedades políticas. Mas o que melhora as circunstâncias da maior parte nunca pode ser considerado um inconveniente para o todo. Nenhuma sociedade pode certamente ser próspera e feliz, se a maior parte dos seus membros for pobre e miserável. Além disso, é apenas uma questão de equidade que aqueles que alimentam, vestem e alojam todo o corpo do povo recebam uma parte da produção do seu próprio trabalho que lhes permita estar razoavelmente bem alimentados, vestidos e alojados (WN I.viii.36, 96).

Sua evidência para apoiar a isso (WN I.viii.35-42, 96-9) é baseada em um aumento real nos padrões de vida dos pobres e no crescimento populacional que o acompanha através da diminuição da mortalidade infantil. A recompensa do trabalho liberal no “estado em progresso da sociedade” permite essa difusão da riqueza. Temos, então, uma medida rudimentar dos benefícios da riqueza e, portanto, do comércio. Menos pessoas passam fome, menos pessoas são levadas ao infanticídio deliberado e menos pessoas experimentam a morte de um bebê.

No entanto, a definição mais clara de Smith sobre a riqueza de um indivíduo vai além disso, se estendendo em termos de acesso aos benefícios e aos divertimentos. Por extensão, ele considera a riqueza da nação como sendo a maior difusão de todas essas coisas para a população. Como ele diz: “Toda pessoa é rica ou pobre à medida que possa ou não desfrutar do lazer, das comodidades e dos benefícios da vida humana” (WN I.v.1, 47). No restante da *Riqueza das Nações*, Smith também deixa claro que o sistema de comércio é impulsionado, não apenas pela busca do necessário, mas de conveniências e diversões⁵. Aqui, o argumento de Smith é complementado por aquele em *Teoria dos Sentimentos Morais*, onde ele analisa as origens da ambição e do status na sociedade, rastreando-as até nossa admiração simpática pelos ricos e desdém pelos pobres (TMS I.iii.1-8, 61-66).

⁵ Aqui, eu discordo de Fleischacker que minimiza o papel da produção de luxo no funcionamento ordinário de uma economia comercial (FLEISCHACKER, 2004, p. 118).

Essas passagens de Smith são frequentemente lidas no contexto de sua resposta a Bernard Mandeville ou de sua relação com o estoicismo, onde a ilusão da suposta felicidade dos ricos leva o filho do homem pobre (TMS IV.I.8, 181-3) ao trabalho árduo que, por sua vez, impulsiona o desenvolvimento econômico⁶.

Nessas passagens de *Teoria dos Sentimentos Morais*, Smith deixa claro que os bens materiais em si não equivalem à felicidade. Explicar como o “autoengano” e o erro de “superestimar a diferença entre uma situação permanente e uma outra” (TMS III.3.30, 149) impulsionam a busca pela indústria. Sua distinção entre a felicidade real na tranquilidade da mente (TMS III.iii.30, 149) e a ilusão de felicidade nos bens insignificantes gerados pelo comércio baseia-se no fato de que as bugigangas da sociedade comercial são mais “observáveis” e combinam uma análise econômica com um ar vago de desaprovação da superficialidade dos bens que emergem.

Em sua forma mais extrema, como na passagem da mão invisível do TMS, há um toque de complacência que muitas vezes confunde os leitores que absorveram as afirmações de Smith sobre os benefícios do desenvolvimento econômico para os pobres:

No que se refere à verdadeira felicidade da vida humana, não são em nada inferiores aos que pareceriam estar tão acima deles. No conforto do corpo e na paz de espírito, todas as diferentes posições da vida estão quase no mesmo nível, e o mendigo que se aquece ao sol junto da estrada possui a segurança porque se batem os reis (TMS IV.i.10, 185).

Não quero insistir na ideia de que tais passagens sejam evidências das inclinações estoicas de Smith. Esta é uma visão que não considero convincente, em grande parte pelas mesmas razões expostas por Michele Bee e

⁶ Com Smith em modo estoico lamentando o impacto moral no caráter individual: “a grande fonte da miséria e ainda das perturbações da vida humana se origina de se superestimar a diferença entre uma situação permanente e uma outra. A avareza superestima a diferença entre a pobreza e a riqueza; a ambição, a diferença entre condição pública e privada; a vanglória, entre a obscuridade e grande fama. A pessoa sob a influência de qualquer uma dessas paixões extravagantes não é apenas desgraçada em sua situação atual, mas muitas vezes inclina-se a perturbar a paz da sociedade, para alcançar o que tão totalmente admira” (TMS III.iii.31, 149).

“Examina os registros da história, relembra o que aconteceu no círculo de tua própria experiência, considera com atenção qual foi a conduta de quase todos os desgraçados, seja na vida privada ou pública, sobre quem possas ter lido ou ouvido, ou de quem te lembres, e descobrirás que os infortúnios da grande maioria dessas pessoas se deveram a não saberem quando estavam bem, quando era adequado ficarem quietos e satisfeitos” (TMS III.iii.31, 150).

Maria Pia Paganelli⁷. O moralismo estoico é claramente não-Smithiano e tais leituras ignoram os benefícios sociais para os outros que surgem do desenvolvimento econômico, e minimizam a observação de Smith de que eles ocorrem a nós apenas quando estamos deprimidos e “mal-humorados” (TMS IV.i.10, 183). A decepção da natureza é um ganho da humanidade, pois “é essa decepção que desperta e mantém em contínuo movimento a indústria da humanidade” (TMS IV.i.10, 183), e isso, para os propósitos deste artigo, é tudo o que é necessário. Que vemos a condição dos grandes “naquelas cores ilusórias” (TMS I.ii.2.2, 51) é um fato sobre a natureza humana para Smith.

Neste artigo, quero deixar de lado a questão do estoicismo e a natureza da decepção. Em vez disso, quero focar em uma série de afirmações factuais que Smith faz enquanto delinea seus argumentos sobre a relação entre o comércio e a vaidade. Quero sugerir que há algo estranho na maneira como Smith se expressa nessas passagens, algo que pode ser negligenciado se focarmos nossa atenção na decepção, na verdadeira felicidade, ou mesmo nas necessidades materiais envolvidas na sociedade comercial. Essas declarações são as que parecem sugerir que Smith pensa que, na maioria das sociedades, na maior parte do tempo, a maioria das pessoas tem acesso seguro ao necessário para a vida, os meios de melhorar sua situação, e estão contentes

Há alguns pontos preliminares a serem feitos nesta conexão. O primeiro é que Smith claramente não está pensando sobre as sociedades selvagens onde a escassez e a pressão populacional levam ao infanticídio. Esta não é a pobreza abjeta dos “selvagens”, onde nossa preocupação com os outros é sufocada pela necessidade de sobreviver. Como ele aponta, “todos os selvagens estão demasiadamente ocupados com suas próprias necessidades e carências” (WN V.2.9, 205). A segunda observação é que há claramente exceções a isso. Smith não diz “em todos os momentos”, e ao fazer isso ele provavelmente está reconhecendo os problemas que podem surgir de colheitas ruins (como as experimentadas na Escócia na década de 1690) ou escassez transformada em fome pelas leis do milho discutidas em outra parte da *Riqueza das Nações* (IV.v.b). Ele também faz referência à sua distinção entre economias em crescimento, estáticas e em declínio (WN I.viii) onde as condições das pessoas comuns são muito diferentes. Terceiro, e de maior interesse para este artigo, é a ideia de que estas são declarações de fato, ou seja, que surgem a partir de evidências observadas por Smith. Não é que as pessoas deveriam ter acesso aos bens de primeira classe e deveriam estar contentes: é que elas têm, e

⁷ BEE; PAGANELLI, 2019, p. 572-584.

elas estão. Mesmo se restringirmos o alcance dos comentários às sociedades comerciais em um estado progressivo, esta é uma afirmação curiosa e nos diz algo sobre a concepção de economia política com a qual ele opera.

Considere as seguintes observações sobre a corrupção de nossos sentimentos morais pela admiração pelo rico em TSM:

O que falta à felicidade do homem saudável, que não possui dívidas e tem a consciência limpa? Pode-se dizer adequadamente que para alguém nessas situações todo acréscimo de fortuna é supérfluo; e se graças a esse acréscimo um homem vier a se distinguir muito dos demais isso se deverá à mais frívola leviandade. Esta situação, contudo, pode muito bem ser chamada de estado natural e comum da humanidade. Porém, esta situação pode muito bem ser considerada o estado natural e comum da humanidade. Não obstante a miséria e depravação do mundo atual, tão justamente lamentada, este é realmente o estado da maioria dos homens. Por conseguinte, a maioria deles não encontra grande dificuldade em ascender a toda a alegria que qualquer acréscimo a essa situação pode muito bem provocar em seus companheiros (TMS I.iii.i.7, 45).

Ou a passagem sobre a melhoria de nossa condição e posição social, simpatia pelos ricos, e o engano:

Pois qual o propósito de toda a faina e todo o torvelinho deste mundo? Qual é a finalidade da avareza e ambição, da busca de fortuna, poder e preeminência? Será para suprir as necessidades da natureza? Os salários do mais humilde trabalhador podem supri-las. Vemos que lhe proporcionam comida e roupa, o conforto de uma casa e de uma família. Se examinarmos sua economia com rigor, descobriremos que gasta grande parte desses salários com confortos que podem ser considerados supérfluos, e que, em ocasiões extraordinárias, podem até permitir-se vaidade e distinção (TMS I.iii.2.1, 50).

Na discussão das classes médias e inferiores, onde o caminho para a fortuna e a virtude estão abertos e são o mesmo: “em tais casos geralmente podem esperar considerável grau de virtude, e, felizmente para a boa moral da sociedade, essa é a situação da maior parte dos homens” (TMS I.iii.3.5, 63).

E, finalmente, da discussão posterior sobre simpatia extrema ou equivocada: “Tomemos toda a Terra como média: para um homem que sofre dor ou miséria haverá vinte prósperos ou alegres ou, pelo menos, vivendo em circunstâncias suportáveis” (TMS III.3.10, 140).

Se olharmos para essas declarações de Smith, vemos que ele faz uma série de afirmações factuais que se resumem ao fato de que, na maioria das sociedades, na maior parte do tempo, a maioria das pessoas tem acesso aos bens de primeira classe e algumas conveniências da vida, são capazes de melhorar sua situação, e estão satisfeitas. Em certo sentido, isso complementa a observação de que é a vaidade que impulsiona nossa busca por conveniências e prazeres em uma sociedade comercial. Queremos ser observados e aprovados pela posse de bens materiais, e isso é simplesmente um fato sobre os seres humanos. Que a vaidade impulsiona a atividade econômica e muito mais nas sociedades humanas pode ser lamentável do ponto de vista moral, mas é, no entanto, um fato sobre os seres humanos. Mas parece haver algo mais acontecendo nessas passagens. Smith não está combinando a afirmação com uma expressão de arrependimento; na verdade, no caso da última dessas passagens, ele a está usando para criticar os filósofos estoicos como moralistas miseráveis e misantrópicos “moralistas chorões e melancólicos” (TMS III.3.9, 139). Ao contrário, ele parece estar fazendo uma observação geral sobre a natureza cotidiana das sociedades que ele vê ao seu redor.

Se pensarmos acerca de algumas das implicações dessas afirmações, teremos uma visão interessante sobre o pensamento de Smith.

Primeiro, se colocarmos essas afirmações ao lado da discussão de Smith sobre a atitude em relação à riqueza e à pobreza em *Teoria dos Sentimentos Morais*, começamos a ver alguns dos comentários mais duros sobre a pobreza sob uma nova luz. Consideremos passagens como a seguinte:

A mera falta de fortuna, a mera pobreza, desperta pouca compaixão. Suas queixas tendem muito mais a ser objeto de desprezo do que de simpatia. Desprezamos um mendigo, e embora suas importunações possam-nos extorquir uma esmola, dificilmente será objeto de séria comiseração (TMS III.3.18, 144).

Aqui, Smith explica por que temos desprezo pelos pobres, mas sentimos pena de um homem rico que cai em desgraça e comiseramos a perda de suas riquezas. Essas passagens sobre a psicologia de nosso desprezo pelos pobres estão em desacordo com as muitas passagens de Smith identificando-se com a situação deles, bem capturadas no trabalho de Samuel Fleischacker, Iain Mclean e resumidas por Eric Schliesser como “a atitude de melhoria de Adam Smith”⁸. Nessas leituras, devemos considerar que Smith está descrevendo uma

⁸ SCHLIESSER (2017, 222). FLEISCHACKER, 2013, p. 485-500 e MCLEAN, 2006.

psicologia que ele reconhece como um fato, mas desaprova em termos normativos como uma corrupção, dado que ele é um amigo dos pobres.

No entanto, se pensarmos nisso no contexto de uma sociedade onde a maioria das pessoas, na maior parte do tempo, tem acesso aos benefícios e conveniências, há a possibilidade de melhorar sua situação e estão satisfeitos, uma onde “melhorar nossa condição” é sobre o desejo de ser observado ou vaidade (TMS I.ii.2.i, 50), então podemos ver as coisas de forma ligeiramente diferente. Isso envolverá pensar na posição da grande massa da humanidade, em tal sociedade, que vê que as possibilidades estão lá para aqueles que as tomarem.

Isso é, de fato, o que Smith parece acreditar quando discute atitudes cambiantes em relação à pobreza e ao perigo em sociedades civilizadas ou comerciais.

A segurança e a felicidade geral que prevalecem em tempos de civilidade e polidez oferecem pouco esforço ao desprezo pelo perigo, à paciência no trabalho, fome e dor. A pobreza pode ser facilmente evitada e por essa razão o desprezo por ela quase cessa de ser virtude (TMS V.2.10, 205).

Uma maneira de entender isso é apontar a possibilidade de que Smith esteja pensando em termos de pobreza relativa, ou pobreza em relação ao status social na sociedade comercial: a geração de um conjunto distinto de crenças morais mais adequadas às condições materiais do comércio. Um exemplo disso é quando ele discute o uso de sapatos ou camisas de linho como uma despesa necessária para aparecer em boa companhia⁹. Desta forma, podemos pensar na posse de padrões básicos decentes, sapatos e uma camisa de linho, como necessários para o reconhecimento como um membro pleno da comunidade. Então, podemos não aprovar moralmente a tendência de evitar os pobres, mas, ao evitar, uma sociedade gera involuntariamente padrões de propriedade para o mínimo necessário para a participação na sociedade.

Para ilustrar melhor a natureza das generalizações de Smith, poderíamos compará-las com outra afirmação geral que ele faz. Smith observa que, “(...) embora os princípios da prudência comum nem sempre governem a conduta de cada indivíduo, eles sempre influenciam a da maioria de cada classe ou ordem” (WN II.ii.36, 295) de tal forma que

⁹ FLEISCHACKER, 2004, p.119. Ver WN V.ii.k.3, 870.

raramente pode acontecer, de fato, que as circunstâncias de uma grande nação podem ser muito afetadas pela prodigalidade ou pela má conduta de indivíduos; a profusão ou imprudência de alguns sendo sempre mais do que compensada pela frugalidade e boa conduta de outros (WN II.iii.27, 341).

Os pródigos são figuras de desprezo, mas não são a norma. Aqueles que esbanjam sua fortuna limitada em busca da imagem de riqueza são mais dignos de desprezo do que aqueles que esbanjam grande fortuna e fazem um grande espetáculo disso. Tentar seguir a moda quando você não possui os meios para fazê-lo resultará em ruína, e essa ruína não será lamentada por seus pares.

Muitos homens pobres colocam sua glória em ser julgado rico, sem levar em conta que os deveres (se é que se pode chamar tais loucuras por um nome tão venerável) que tal reputação lhe impõe, muito em breve o reduzirão à mendicância, e tornarão sua posição ainda mais desigual à dos que admira e imita, do que era originalmente (TMS I.iii.3.7, 64).

Poupar e cuidadosamente investir com o objetivo de melhorar nossa condição (WN II.iii.28, 341) é a norma, e o desvio dessa norma é visto com desprezo ou com pena quando é resultado de uma escolha individual¹⁰. Na maioria das vezes, a maioria das pessoas agirá prudentemente e isso melhorará sua situação. Mas se combinarmos isso com a observação de Smith sobre o impacto relativo do desastre econômico nos pobres, que têm pouco, e nos ricos, que têm muito, começamos a ver um conjunto de julgamentos distintamente diferentes, tão diferentes, de fato, que Smith se refere a eles como códigos morais separados para ricos e pobres (TMS I.iii.5-6, 63; WN V.i.g.10, 794).

Por um lado, os adornos dos ricos valem pouco em termos de verdadeira felicidade, conforto ou prazer. Perdê-los é uma perda lamentável de status social, mas não de conforto material. O mesmo não pode ser dito para a grande massa da humanidade onde:

(...) embora pouco possa ser acrescentado a este estado, muito pode ser subtraído dele. Embora entre esta condição e o ponto mais alto da prosperidade humana o intervalo seja apenas um pouco; entre ela e a profundidade mais baixa da miséria a distância é imensa e prodigiosa (TMS I.iii.8, 45).

¹⁰ Ver também WN II.ii.6, 345.

Se, em uma sociedade comercial, a maioria das pessoas, na maior parte do tempo, tem acesso às necessidades da vida e algumas das conveniências e divertimentos dessa, tem os meios para melhorar sua condição através de uma conduta prudente e está contente, o que isso poderia nos dizer sobre a política de uma sociedade comercial?

A política de uma sociedade comercial envolve a manutenção da ordem necessária para o comércio e a criação do espaço que as pessoas precisam para perseguir seus objetivos. A economia política de tal sociedade preocupa-se precisamente com o que Smith diz que ela faz:

A economia política, considerada como um ramo da ciência de um estadista ou legislador, propõe dois objetos distintos; primeiro, proporcionar rendimentos ou subsistência abundantes ao povo, ou, mais propriamente, permitir-lhes proporcionar tais rendimentos ou subsistência para si próprios; e em segundo lugar, fornecer ao estado ou à comunidade uma receita suficiente para os serviços públicos. Propõe enriquecer tanto o povo como o soberano (WN IV.int. 1, 138).

Isto está intimamente ligado à sua compreensão do que torna uma sociedade rica ou opulenta:

Esse estado é opulento onde as necessidades e conveniências da vida são facilmente acessíveis, seja qual for sua condição, e nada mais pode merecer o nome de opulência, exceto essa acessibilidade. Ou seja, um estado é opulento quando, sem grandes esforços e com a aplicação adequada da indústria, essas coisas podem ser facilmente obtidas (LJP: 343)¹¹.

As três funções básicas do governo – defesa, justiça e obras públicas (WN IV.ix.51, 687-8) – atuam no sentido de criar o espaço para que isso ocorra. Minha sugestão é que existem três características significativas do pensamento de Smith sobre a política de uma sociedade comercial que surgem diretamente de suas afirmações sobre a condição da maioria das pessoas na maior parte do tempo.

A primeira delas é que as tarefas centrais do governo têm a ver com a criação das condições para o bom funcionamento do comércio, ou para preservar as condições que proporcionam a oportunidade de garantir as

¹¹ Veja SMITH (1980) *Lectures on Jurisprudence*. Edited by R. L. Meek, D. D. Raphael & P. G. Stein, Oxford: Oxford University Press.

necessidades e tornar as pessoas capazes de buscar melhorias. Visto sob essa luz, podemos começar a entender melhor o uso de Smith da frase “óbvio e simples” para se referir ao sistema de liberdade natural (WN IV.ix.51, 687). A ideia aqui é que, em uma situação na qual a maioria das pessoas, na maior parte do tempo, tem acesso aos benefícios e algumas das conveniências da vida como resultado de seus próprios esforços, então pouco mais precisa ser dito para explicar a melhoria de nossas condições. Isso, eu afirmarei, mas não explorarei aqui, pois se trata de uma leitura da discussão de Smith sobre obras públicas, incluindo a educação, que sugere que sua atenção não está principalmente voltada para os pobres – afinal, a maioria das pessoas, na maior parte do tempo, pode (e poderia) pagar as mensalidades escolares segundo o relato de Smith (V.i.f.55, 785).

A confiança de Smith de que “a lei deve sempre confiar às pessoas o cuidado de seus próprios interesses, pois, em suas situações locais, elas geralmente devem ser capazes de julgar melhor do que os legisladores” (WN IV.v.b.16, 531) faz muito mais sentido se for entendida no contexto do “estado natural e ordinário da humanidade” que temos examinado até agora.

Ademais, isso também nos ajuda a entender por que aqueles que Smith critica na *Riqueza das Nações* e, em menor medida, na *Teoria dos Sentimentos Morais*, são os que vivem da predação, sejam eles os senhores feudais ou os monopolistas mercantis. Aqueles que usariam o poder político para se enriquecer não são apenas injustos, mas também perturbam as condições que permitem que a condição natural e ordinária da humanidade se mantenha.

A ordem e o bom governo, e junto com eles a liberdade e a segurança dos indivíduos, foram, desta forma, estabelecidos nas cidades numa época em que os ocupantes de terras no país estavam expostos a todo tipo de violência. Mas os homens neste estado indefeso contentam-se naturalmente com a subsistência necessária; porque adquirir mais só poderia tentar a injustiça dos seus opressores. Pelo contrário, quando estão seguros de usufruir dos frutos do seu trabalho, exercem-no naturalmente para melhorar a sua condição e para adquirir não apenas o necessário, mas também as conveniências e elegâncias da vida. Essa indústria, portanto, que visa algo mais do que a subsistência necessária, foi estabelecida nas cidades muito antes de ser comumente praticada pelos ocupantes de terras no campo (WN III.iii.12, 405).

A famosa afirmação de Smith sobre a introdução de um bom governo através do comércio explica como as condições para o estado de direito e a estabilidade política surgem de um processo de consequências não

intencionais. O foco está no fato de que o comércio não pode florescer onde não há um “certo grau de confiança na justiça do governo” (WN V.iii.7, 910). A pobreza é resultado da ausência de condições que permitam que o estado ordinário da humanidade se estabeleça (observe os comentários Smithianos no Livro IV da *Riqueza das Nações* sobre a interrupção do curso natural das coisas pelo governo). A pobreza, segundo esse relato, pode ser considerada um fenômeno político impulsionado pela predação.

Em segundo lugar, Smith vincula essa situação a uma estratégia política para manter a ordem na sociedade. A independência e os salários decentes são, para Smith, a melhor prevenção da desordem civil (LJ: 487)¹². A crítica de Smith à dependência entre as pessoas comuns na Inglaterra e na Escócia (LJ: 333) é tanto moral quanto política. O comércio cria independência e aumenta os salários e, ao fazê-lo, liberta a massa das pessoas da dependência de mestres particulares. A versão mais óbvia disso é o relato da queda do feudalismo (WN III) onde os servos são libertados do serviço militar, acabando assim com o poder dos proprietários feudais. Mas Smith parece ter mais do que isso em mente. Junto com suas propostas para o gerenciamento do entusiasmo religioso através da sua proposta de desestabilização da Igreja (WN V.i.g), isso constitui uma estratégia para a estabilidade política. Nessa estratégia é a independência, e não a igualdade, a questão política central. A preocupação de Smith era com a redução da dependência porque a dependência desencorajava a indústria e, mais importante, se prestava à manipulação política por predadores cujas ações, por sua vez, perturbavam as condições necessárias para o crescimento¹³.

Em terceiro lugar, a busca pelas “conveniências e elegâncias” da vida ocorre no contexto de um sistema de hierarquias que Smith descreve em detalhes. É um sistema de estratos gerado por uma sociedade comercial, e assim a política de tal sociedade, como a Escócia da época de Smith, é a política de hierarquias (um ponto bem abordado no trabalho recente de Spyridon Tegos sobre a classe média no pensamento do Iluminismo Escocês)¹⁴.

Como Smith explica, “a grande multidão de homens é constituída de admiradores e veneradores - e, o que talvez pareça mais extraordinário,

¹² Aqui eu concordo com Fleischacker (2004, p. 207) sobre a importância da independência smithiana para os benefícios do comércio.

¹³ Veja, por exemplo, a discussão sobre as diferenças entre Edinburg e Glasgow em termos de independência e dependência entre as pessoas comuns (WN II.iii, 333-36).

¹⁴ TEGOS, 2021, 98-114.

frequentemente os mais desinteressados admiradores e veneradores - da riqueza e da grandeza”. (TMS I.iii.3.2, 62).

Os moralistas alertam-nos contra a admiração pelos grandes em vez dos virtuosos, mas a grandeza, segundo Smith, é mais visível.

A natureza julgou sabiamente que a distinção em estratos, a paz e a ordem da sociedade, repousariam mais seguramente na diferença clara e palpável de nascimento e fortuna, do que na diferença invisível e muitas vezes incerta de sabedoria e virtude. Os olhos indiscerníveis da grande multidão da humanidade podem muito bem perceber o primeiro, mas é com dificuldade que o bom discernimento dos sábios e virtuosos pode às vezes distinguir os últimos. Na ordem de todas essas recomendações, fica igualmente evidente a benevolente sabedoria da natureza (TMS VI.ii.1.20, 226).

A classe social, como Smith nos lembra, é necessária para a sociedade. A corrupção de nossa moral deriva da propensão a admirar excessivamente os ricos, a exceder o nível natural de admiração que é “necessário tanto para estabelecer quanto para manter a distinção de classes e a ordem da sociedade” (TMS I.iii.3.i, 61). Parte desse argumento é sociológica: segundo Smith, a socialização humana opera através da comparação interpessoal que classifica as pessoas de acordo com critérios de atratividade à nossa atenção e que essas características observáveis não são a mesma coisa que virtude. Mas outra parte desse argumento é política: quando Smith explica a ascensão da propriedade e do governo, é em termos de desigualdade. A origem do governo reside na proteção dos ricos contra os pobres (WN V.i.b.2, 709-10) (WN V.i.b.12, 715), sugerindo que a subordinação e a hierarquia existem antes do governo propriamente dito, e que são endêmicas às sociedades humanas. O estado de direito e a criação do espaço para permitir que as pessoas se alimentem por meio da segurança da propriedade é um produto daquela “não igualdade útil nas fortunas da humanidade” (LJ: 338) que leva ao surgimento da autoridade política. “No início da sociedade todos os poderes de governo são exercidos de forma precária” (LJ: 487), mas à medida que se desenvolvem e se tornam regidos por regras e especialmente quando a administração da justiça é separada da política, vemos o desenvolvimento das condições para o comércio (WN V.i.b.25-6).

No entanto, se considerarmos essa desigualdade de estratos em termos da condição natural e ordinária da humanidade em uma sociedade comercial, uma situação em que as pessoas comuns são independentes, então vemos um novo tipo de política de estratos em jogo. Esta é uma política de

classes construída sobre um sistema onde a dependência não é mais a norma. A minha sugestão aqui é que ler Smith desta forma nos permite ver que é a própria atividade política que necessita da desigualdade, e não a inevitável desigualdade material que molda a política das sociedades comerciais.

Na *Teoria dos Sentimentos Morais*, Smith explica como o poder político está nas mãos dos ricos e poderosos, mas como os altos cargos ainda são privilégio das classes médias capazes que administram o estado (TMS I.iii.2.5, 56). Aqui, novamente, a afirmação é uma generalização baseada na evidência de sociedades passadas e existentes.

Consequentemente, em todos os governos, até nas monarquias, os mais altos cargos são geralmente ocupados, e toda a administração conduzida, por homens educados nas posições médias e inferiores da vida, que acenderam por sua própria indústria e habilidades, embora oprimidos pelo ciúme e confrontados pelo ressentimento de todos os que nasceram seus superiores; e a quem os grandes, depois de os contemplar primeiro com desdém, em seguida com inveja, finalmente se contentam em se sujeitar com a mesma abjeta sordidez com que desejariam que o resto da humanidade deveria se portar com relação a eles próprios (TMS I.iii.2.5, 56).

O caminho para o sucesso pode encontrar um teto de vidro imposto pelo nascimento, mas não impede que avancem em suas carreiras por meio de sua habilidade. Os esboços cuidadosos smithianos do homem ambicioso *versus* o homem de classe e distinção (TMS I.iii.2.5, 55), e dos outros personagens da alta política, não nos deixam dúvidas de que é possível ascender por mérito em um mundo onde muitos dos grandes estão mais preocupados com a moda do que com a política.

Dito isso, há algumas maneiras de ascender que são melhores do que outras; é melhor subir gradualmente do que de repente, “uma ascensão, ainda que pelos maiores méritos, é geralmente desagradável, e comumente um sentimento de inveja nos impede de simpatizar sinceramente com a alegria desse homem” (TMS I.ii.5.1, 41). Enquanto, “o mais feliz é aquele que avança gradualmente até a grandeza, cujos passos para a promoção o público antevê muito antes dele atingir (...)” (TMS I.ii.5.1, 41).

O ressentimento dos grandes e da massa da humanidade pode ser neutralizado por um avanço constante na hierarquia dos cargos. Acompanhado, poderíamos acrescentar, de um senso apropriado de modéstia e de posição social. A discussão de Smith sobre os estratos é cuidadosamente

estruturada¹⁵. Ele reconhece que os bem ajustados prestam pouca atenção a pequenas questões de precedência: pessoas de bom senso não se importam com pequenas questões de lugar, como quem se senta à cabeceira de uma mesa.

Mas hierarquia, distinção, preeminência, homem algum despreza, salvo se houver se elevado muito acima ou caído muito abaixo do padrão comum da natureza humana; salvo se for ou tão imbuído de sabedoria e verdadeira filosofia que, embora a conveniência de sua conduta o torne justo objeto de aprovação, é-lhe de somenos importância ser notado ou não, aprovado ou não (TMS I.iii.2.7, 57).

A massa das pessoas comuns vive em um “estado habitual de deferência” (TMS I.iii.2.4, 53) aos grandes que exercem esse “fácil império sobre os afetos da humanidade” (TMS I.iii.2.6, 56)¹⁶ através da aparência de alta posição, enquanto o sistema político como um todo extrai seu pessoal das classes médias ascendentes.

Em termos das carreiras dessa classe média, elas devem negociar sua ascensão através de um sistema que recompensa o sucesso, mas que também depende de redes de contatos e patrocínio. Em sua última forma, esta é a política da Corte, onde o avanço requer tanto habilidade quanto favor. O sucesso na política da Corte, segundo Smith, depende não da razão e da habilidade, mas da capacidade de agradar a um superior e formar uma cabala (TMS I.iii.3.5, 63), então a habilidade política envolve entender o sistema de classe e navegá-lo para garantir seus objetivos. Habilidade sozinha não é suficiente sem as habilidades políticas para navegar nas complexidades dos relacionamentos pessoais de altos cargos.

A política é a reserva do que ele chama, em outro contexto, de “as classes médias e superiores de pessoas” (WN V.ii.k.9, 873) e a parcialidade em relação à própria classe e a defesa de seus privilégios criam estabilidade e

¹⁵ E, conectando novamente com a sua discussão sobre “desilusão”: “lugar, aquele grande objetivo que divide as esposas dos vereadores, é o fim de metade dos trabalhos da vida humana; e é a causa de todo o tumulto e agitação, de toda a rapina e injustiça que a avareza e a ambição introduziram neste mundo” (TMS I.iii.2.8, 57).

¹⁶ Veja também a visão de Smith sobre a deferência para com a monarquia: “Que os reis são servos do povo, a serem obedecidos, resistidos, depositos ou punidos, conforme a conveniência pública exigir, é a doutrina da razão e da filosofia; mas não é a doutrina da Natureza. A natureza nos ensinaria a nos submeter a eles por si mesmos, a tremer e a nos curvar diante de sua posição exaltada” (TMS I.iii.2.4, 53).

“contém o espírito de inovação” (TMS VI.ii.2.10-17, 231-4) do homem de sistema e a ambição dos líderes de facções. Esta é, de fato, a política como a arte do compromisso, um ponto que ele repete várias vezes:

E, então, tanto quanto possível, ele acomodará seus interesses públicos aos hábitos e preconceitos estabelecidos pelo povo; e ainda, tanto quanto possível, remediará as inconveniências que podem resultar da ausência dessas regras a que as pessoas são aversas a se submeter (TMS VI.ii.2.16, 233).

A política é um modo de conduta baseado em classes para garantir que as condições de estabilidade sejam mantidas. Que o “governo deve ceder aos seus preconceitos (...) para preservar a tranquilidade pública” (WN IV.v.b.40, 539) é uma questão de sabedoria política. Preconceitos populares sobre o milho exigem ação política (leis do milho), mesmo que o governo saiba que isso é subótimo e, nos piores casos, prejudicial.

O gradualismo de Smith em questões de política e reforma está bem estabelecido, e ele se esforça para enfatizar o perigo dos demagogos populistas, sejam eles de tipo político ou religioso (TMS VI.ii.2.13-17, 232-4). Tais figuras são perturbadoras precisamente porque não trabalham através da política existente baseada em classe e porque buscam magnificar “inconveniências” para sua própria vantagem, a fim de acenderem muito rapidamente.

Smith vê que aqueles que entram na política em tal sistema são movidos por um senso de sua própria importância. Em sua discussão sobre os líderes da Revolução Americana, ele observa que a maneira de lidar com eles não é derrotá-los pela força ou suborná-los com riqueza. Em vez disso, é fazer uso de sua vaidade e senso de classe.

Os homens desejam ter alguma participação na gestão dos assuntos públicos, principalmente devido à importância que isso lhes confere. Do poder que a maior parte dos líderes, a aristocracia natural de cada país, tem de preservar ou defender a sua respectiva importância, depende a estabilidade e a duração de cada sistema de governo livre (WN IV.vii.c.74, p. 622).

Observe a linguagem de Smith aqui. O governo livre e sua estabilidade dependem da desigualdade, mas é a desigualdade de status que explica as ações dos atores políticos. A motivação é o senso de status merecido, não o ganho. A resposta de Smith é movê-los de “buscar os pequenos prêmios que se encontram no que pode ser chamado de a rifa

insignificante da facção colonial” para a riqueza e grandeza do estado britânico (WN IV.vii.c.75, 623).

Tudo isso, venho sugerindo, ocorre contra um pano de fundo que assume que a maioria das pessoas, na maior parte do tempo, tem acesso às necessidades da vida e aos meios para melhorar sua situação e está contente. Que eles permaneçam assim fornece uma espécie de condição básica para a busca da política que Smith descreve – pois sem isso a política da sociedade seria movida pelo conflito e pela demanda por melhor segurança pelas massas. Esta ainda é uma política de classe, mas é combinada com independência. As pessoas comuns são independentes, mas a política, por sua natureza, permanece ligada à hierarquia de classe. O estado natural e ordinário da humanidade, quando entendido no contexto da sociedade comercial, sugere uma compreensão particular da política e um conjunto particular de objetivos políticos. Smith está considerando a política em uma sociedade afluyente onde qualquer potencial demagogo precisa levar não apenas a massa, mas também uma parte das classes médias da sociedade consigo se quiser assegurar o poder. O desafio de tal política é manter as condições que permitam que o estado natural e ordinário da humanidade prevaleça. Tal política é aquela onde os grandes recebem o que merecem, os muitos têm sua chance, e a classe média silenciosamente continua melhorando as coisas.

Referências

- BEE, M.; PAGANELLI, M. P. “Adam Smith, anti-stoic”. In: *History of European Ideas*, 45(4), 2019, p. 572-584.
- FLEISCHACKER, S. *On Adam Smith’s Wealth of Nations: A Philosophical Companion*, Princeton: Princeton University Press, 2004.
- _____. ‘Adam Smith on Equality’. In: BERRY, PAGANELLI & SMITH (eds). *The Oxford Handbook of Adam Smith*. Oxford: Oxford University Press, 2013, p. 485-500.
- MCLEAN, I. *Adam Smith, Radical and Egalitarian: an Interpretation for the Twenty-First Century*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2006.
- SCHLIESSER, E. *Adam Smith Systematic Philosopher and Public Thinker*. Oxford: Oxford University Press, 2017.
- SMITH, A. *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*. 2 vols. Edited by R. H. Campbell & A. S. Skinner, Oxford: Oxford University Press, 1976a [1776]

_____. *The Theory of Moral Sentiments*. Edited by D. D. Raphael & A. L. Macfie, Oxford: Oxford University Press, 1976b [1759].

_____. *Lectures on Jurisprudence*. Edited by R. L. Meek, D. D. Raphael & P. G. Stein, Oxford: Oxford University Press, 1980.

TEGOS, S. 'The Stickiness of Manners? The Progress of Middling Rank Manners in David Hume, Adam Smith and John Millar'. In: MILLS, R.J.W & SMITH, C. (eds.): *The Scottish Enlightenment: Human Nature, Social Theory and Moral Philosophy, essays in honour of Christopher J. Berry*, Edinburgh: Edinburgh University Press, 2021.

Email: Craig.Smith@glasgow.ac.uk

Recebido: 07/2024

Aprovado: 12/2024